

SIMILARIDADES ENTRE FAMÍLIAS ADOTIVAS NO BRASIL

Palavras-chave: *Adoção, Família, PNDS.*

José Ellys Evangelista Silva de Andrade

Discente do Curso de Engenharia de Produção
Laboratório de Estatística Aplicada e Estudos Demográficos – LEAED/UNIVASF

Paulo José Pereira

Doutor em Demografia
Docente do Colegiado de Engenharia de Produção
Laboratório de Estatística Aplicada e Estudos Demográficos – LEAED/UNIVASF

1. Introdução

Desde 1916, com a instituição do código civil brasileiro, a adoção passou a ser um modelo legítimo de constituição familiar que garantia, por vias oficiais, à crianças e jovens vítimas de abandono, a proteção e educação em um lar. Entretanto, muito precisou ser debatido para que esse tipo filiação vencesse paradigmas construídos por modelos sociais, em que a genética era tida como o padrão de normalidade na concepção de filhos.

Os avanços do código civil no decorrer do século XX foram essenciais para a consolidação dos direitos dos menores em situação de abandono, quanto à suas condições como indefesos, negligenciados em diversas esferas, e marginalizados pela sociedade. Até então, a prioridade da legitimação se mantinha focada na constituição familiar e sua representatividade, na medida em que as crianças estavam à margem de um assistencialismo ineficaz, repleto de rotulações comportamentais que classificavam as crianças entre aptas ou não a terem seus direitos assegurados, como nos casos dos considerados marginais ou delinquentes.

Entretanto, foi em 1988, com a Constituição Federal, que os direitos à cidadania foram evidenciados como produto da boa relação do tripé Estado, sociedade e família, trazendo à tona as obrigações que garantiam boas condições de respeito aos direitos humanos. O que, por sua vez, universalizou o direito à convivência familiar, saúde, educação, lazer, cultura, dignidade, liberdade e profissionalização de todo e qualquer indivíduo, alertando às três bases de construção da sociedade, que era de sua responsabilidade a preservação e atendimento dessas demandas para as crianças do seu núcleo de convivência, sejam elas fruto da fertilidade da família ou adotadas, eliminando qualquer tipo de discriminação (PEREIRA, 2012).

Hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto da nova Constituição, é o principal regimento que assegura a integridade social, física e psicológica de jovens entre 0 e 18 anos, monitorado pelas Varas da Infância e da Juventude e pelos Conselhos Tutelares. Uma de suas principais competências se refere ao desenvolvimento da ética no relacionamento com menores, que ainda estão em fase de construção de sua cidadania, de sua personalidade e de normas de convivência em comunidade.

Weber (2005) discute a importância do papel da família e dos laços afetivos como aspectos essenciais para a formação da auto-imagem da criança, e também da forma como ela é vista pela sociedade, pois refletem diretamente no seu comportamento. Ferreira e Aiello-Vaisberg (2008) ressaltam, pela ótica da psicanálise,

que a infância imprime traços da identidade emocional da criança por toda sua vida, portanto os valores transmitidos nessa fase podem influenciar em decisões e posturas futuras, quando o indivíduo declarar-se independente.

Tais considerações levam à preocupação com as desvantagens sociais dos menores abandonados e em situação de vulnerabilidade social, impedidos de desenvolverem suas relações no seio familiar, que foram vítimas de abusos e convivem em abrigos onde sua individualidade é negligenciada. Weber (2005), em seu estudo, apresenta os prejuízos de uma convivência numa instituição, principalmente dada pelo comprometimento da estabilidade dos vínculos afetivos e afirma que a adoção vai de encontro à proposta apresentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de dar a possibilidade a uma criança de conviver em um meio familiar, promovendo assim avanços no cumprimento dos direitos humanos.

Desse modo, dada a grande diversidade de indivíduos que podem despertar o interesse pela adoção, a compreensão de grupos afins admite importância significativa para o conhecimento das variáveis envolvidas no processo, tendo em vista que ainda não há um registro da similaridade dos grupos formados.

Em sua última edição, a PNDS (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde) introduziu a adoção como um dos parâmetros levados em consideração na sua pesquisa. Pereira (2012) utilizou os dados coletados no Questionário da Mulher (denominação específica da PNDS) para compor um estudo sobre a adoção de crianças no país. O autor ressaltou a importância da pergunta 238 do questionário (Tem filhos (ou filhas) adotivos(as)? Se sim, quantos homens e quantas mulheres?) como objeto de estudo, por fazer parte de uma pesquisa que visa relatar características socioeconômicas e do cumprimento do direito à saúde básica das mulheres e seus filhos.

Esse artigo tem o objetivo central de identificar os principais grupos de características das mulheres com filhos adotivos, segundo a PNDS, e também discutir as possíveis homogeneidades dos grupos formados, na tentativa de compreender seu comportamento. Para tal, foi realizada a análise de dados através de métodos de estatística multivariada, por meio da análise descritivas, análise de agrupamentos e análise fatorial, aproveitando ao máximo todas as informações que possam contribuir para a pesquisa, seja ela quantitativa ou qualitativa. O Método de Ward foi o preferencial do método hierárquico de agrupamento já que, tende a resultar em agrupamentos de tamanhos aproximadamente iguais devido a sua minimização de variação interna.

2. Referencial bibliográfico

2.1. Configurações familiares

Segundo Serapioni (2005) o conceito de família não pode ser construído apenas em bases empíricas, a sua formulação assume um protagonismo que foge do ambiente doméstico e nuclear, e invade o espaço da estruturação demográfica de uma região, por adquirir um papel proativo na efetivação de políticas públicas sociais. Para Oliveira (2001) é coerente afirmar que os vínculos familiares são, em uma visão otimista, motivadores para ações fundamentais no cuidado e atendimento de necessidades básicas do indivíduo, como o direito à saúde, alimentação e segurança, podendo assumir importância relevante na identificação e tratamento imediato de males que possam comprometer a integridade física de um dos membros da família, sem que seja necessária a intervenção direta do Estado.

Ao assumir as responsabilidades sobre o bem estar do indivíduo, a família passa a representar uma unidade básica informal de saúde sujeita a inconstâncias devido ao seu caráter subjetivo, bastante dissociado e pluralista. A construção familiar é motivo de discussões que buscam compreender os fenômenos que afetam a sua eficiência como instituição social, com o intuito de diagnosticar quais as influências das modificações no seu comportamento, e identificar a sua contribuição no desenvolvimento e modernização da sociedade. Convém ressaltar a presença de evidências que indicam o declínio do seu poder de intervenção, alimentando discursos tradicionais de resgate a valores perdidos no tempo (SERAPIONI, 2005).

De acordo com Fonseca (2005) a pluralidade das famílias permite que elas se modifiquem em conformidade com o contexto histórico que vivenciam, dentro das suas limitações sociais, o que fere as concepções moralistas defendidas por alguns cientistas sociais que primam pela linhagem e obediência de padrões tradicionais, em defesa da autoridade moral dessa instituição. Entretanto, nas últimas décadas o padrão familiar está caracterizado pela sua “ausência de padrão”, ou mais especificamente, o crescente surgimento de novos padrões em conjunto com a modificação dos já existentes. O diálogo de gêneros, independência econômica e as novas legislações que configuram um perfil familiar permitem que o indivíduo tenha a opção de estabelecer os vínculos afetivos familiares da maneira que o convém.

A reconstituição das famílias trouxe a necessidade de uma reavaliação de conceitos institucionais enraizados, possibilitando uma ampliação legal de seu papel social para além das relações estabelecidas pelo casamento formal entre homem e

mulher, passando agora a reconhecer a família não pela forma que foi constituída, mas por sua funcionalidade (FONSECA, 2006). Desse modo, a presença do cuidado, afeto, transferência de valores culturais, desenvolvimento da convivência social e responsabilidade econômica passam a ser suficientes para definir a legitimidade da família e a sua total inclusão na realização de políticas públicas adequadas. Eventualmente, a capacidade de atender à essas características está ao alcance de famílias com casais em união estável, famílias monoparentais, casal composto por pessoas do mesmo sexo ou lideradas por outros parentes que não os pais e mães, dentre outros perfis distintos do tradicional.

2.2. Laços biológicos

Formar uma família acaba sendo sinônimo de “ter filhos”, e tê-los exige uma maior sensibilidade no tocante ao planejamento familiar, que relaciona valores, proteção social, amparo financeiro, cumprimento de metas do estado tais como saúde e educação, e tantos outros aspectos intrínsecos à necessidade de atenção requerida por uma criança, sendo assim, a administração do lar pode acabar concorrendo com a administração de metas pessoais do indivíduo adulto.

Levantada a discussão, cabe citar os motivos que levam os indivíduos a questionarem a legitimidade da família em função da existência de filhos em seu meio. Goldani (2005) afirma que estão atrelados à maternidade e paternidade fatores como a realização pessoal e emocional; atendimento de padrões sociais disseminados historicamente tanto por valores morais quanto religiosos; a reafirmação da fertilidade do casal, que varia de pessoa para pessoa principalmente se imprimir a imagem de um casal sexualmente ativo e saudável, satisfazendo a necessidade de grande parte das mulheres de se sentirem progenitoras e dos homens de se sentirem viris. Está também presente, a ideia de realização de um “projeto de vida”, composto por metas que dão sentido à existência do ser humano, um indivíduo que nasce, cresce, se reproduz e morre, deixando sua contribuição genética para as futuras gerações. Mas as exceções da regra surgem com o advento da independência pessoal presentes no novo modelo demográfico ocidental, que prioriza individualidades em detrimento do coletivismo da expansão familiar, adiando a escolha por ter filhos e revelando o domínio sobre a necessidade histórica do casamento e procriação (CARVALHO, 2003).

É extensa a lista de diversidades ligadas à decisão de ter filhos, mas, em todos os casos, a responsabilidade social pelos indivíduos, gerados ou inclusos, ao lar atingem a

mesma escala de importância, mostrando-se efetiva na consolidação de políticas públicas que vão garantir à criança a capacidade de se desenvolver em sociedade, formando-a como cidadão apto a dar sequência à construção da cidadania.

2.3. A adoção

A natalidade representa a manutenção da população ativa do país, e as taxas de fecundidade, quando desreguladas - maiores ou menores que o esperado - trazem impactos econômicos significativos. Partindo dos princípios tanto psicológicos quanto demográficos, existe uma pressão social latente que incentiva à formação de uma prole, e está direcionado ao indivíduo o dever de atender a essa necessidade social. Contudo, a regulação das taxas de fecundidade tem se adequado às novas formatações da sociedade, como a equidade de gênero, por exemplo, que adia o desejo da mulher pela gestação ao colocar o sucesso profissional como prioridade, o que tem provocado a busca por meios alternativos da busca pela maternidade, como reprodução independente, inseminação ou adoção.

O estudo de fenômenos como a circulação de crianças no país é de grande relevância para compreensão da evolução de alguns aspectos demográficos (PEREIRA, 2012). Nessa perspectiva, é válida a estruturação de dados que informem como esse fenômeno ocorre para preservar ao estado, o direito de conhecer a demanda de necessidades que surgem na sua população. Para Serra (2002), a circulação de crianças representa uma etapa migratória das relações familiares da criança ou jovem, que são desligados do seu lugar de origem e reconectadas em outros meios.

Um viés da circulação é o total abandono do menor, que ocorre quando os vínculos familiares são praticamente desfeitos e a criança é entregue á orfanatos e casas de apoio, destituídos de qualquer cuidado familiar. Um caso à parte, a falta de assistência ao menor representa a ele uma série de riscos e desvantagens sociais, diante disso, surge a adoção como uma alternativa eficaz, em que duas demandas são atendidas, a do menor ao ser incluso numa família que o dedique cuidados, e a dos pais ao realizarem o desejo de ter um filho, ambos carecem ser estudados separadamente para melhor compreender as consequências da adoção na vida da criança.

Por definição, a adoção é um modelo legítimo de constituição familiar que concede a um menor destituído de seu ambiente familiar de origem a possibilidade de ingressar em uma nova família. Uma das medidas propostas pelo ECA foi a solicitação

de uma triagem das pessoas aptas a adotar, bem como das crianças disponíveis. Anos mais tarde, conforme resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é implantando o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), no ano de 2008 (PEREIRA, 2012).

Weber (2005), em seu estudo, apresenta os prejuízos de uma convivência numa instituição, principalmente dada pelo comprometimento da estabilidade dos vínculos afetivos e afirma que a proposta apresentada pelo ECA, desde de 1990, é “desinstitucionalizar” para promover avanços no cumprimento dos direitos humanos.

Os reflexos da institucionalização na vida do menor, em conjunto com os traumas familiares que culminaram no abandono, segundo Weber (2005), o associa a uma imagem marginalizada, tanto pela carência de cuidados e educação no lar quanto pela ausência do respeito á sua individualidade nos abrigos. O que pode ter relação direta com o perfil predominante das adoções no país, que circula entre as crianças com até 2 anos de idade, quando a criança ainda não carrega consigo heranças comportamentais e psicológicas de seu ambiente de origem, seja o familiar ou de abrigos (SCHETTINI, 2006). Pereira (2012) afirma que a preferência pela idade da criança como critério para oficializar a adoção, provoca um gargalo na evasão da demanda de crianças disponíveis no cadastro, tendo em vista que os menores de 3 anos de idade representam apenas 7% do total disponível.

Além da idade, preferências como etnia e sexo compõem o atual cenário, em que a quantidade de interessados em adotar é mais de seis vezes maior que a quantidade de crianças aptas à adoção, de acordo com dados disponíveis no CNA. Um dos fatores que tem a intenção de suavizar esses resultados é a amplitude na qual se encontra a determinação de características que dão ao indivíduo o direito de adotar. Todo cidadão com mais de 18 anos, independente do sexo ou estado civil, desde que tenha 16 anos a mais que o adotando e possa oferecer um ambiente familiar adequado ao desenvolvimento da criança. Contudo, dados do mês de novembro de 2014 do Cadastro Nacional de Adoção mostraram que aproximadamente 94% dos pretendentes tem idade superior a 30 anos.

Dentre as características que incentivam a prática da adoção, a infertilidade do casal é a mais latente, mesmo assim, adotar continua sendo a última alternativa. Com o avanço das tecnologias voltadas ao tratamento da esterilidade, os indivíduos com problemas de fecundidade, tem optado, inicialmente, por meios possíveis de reversão desse quadro. O valor histórico dos laços sanguíneos, justificam o dispêndio de tempo e dinheiro em tratamentos avançados, principalmente em casais mais jovens, casais

homoafetivos ou mulheres que escolheram a produção independente; para esse público específico as novas tecnologias reprodutivas têm concorrido diretamente com a adoção.

Outrora também seja presente os casos em que a adoção é a intenção principal do casal, família ou indivíduo, seja por alguma convicção pessoal (que vá contra a fertilização *in vitro*), ampliação da família, desejo de dar mais um irmão aos filhos, desejo de ter novamente uma criança no seio familiar quando os filhos consanguíneos já estão crescidos e fora de casa, dentre outros casos. Há inclusive mulheres que preferem não passar pelo processo de gestação, por motivos pessoais, nesse caso, o desejo da maternidade só pode ser satisfeito através da adoção.

Souza (2008) reforça que a vontade de adotar é consequência de um processo psicológico bastante especial, repleto de dúvidas, frustrações angústias, desconforto emocional, medo e outros sentimentos que podem interferir na decisão verdadeira. Por esses motivos os candidatos passam por uma etapa de preparação para poder sanar dúvidas referentes à decisão e evitar que a expectativa gerada e a ansiedade possam interferir na formação do vínculo com a criança.

Sendo assim, dada a intensa variabilidade envolvida na constituição de uma família com filhos adotivos, que vão desde a preferência dos pais por um determinado perfil físico, histórico e social da criança adotada, até o fator de motivação para despertar o desejo pela adoção, é relevante traçar um perfil da demanda existente que já foi atendida. Tal estudo, se conectado com as análises e considerações de outros autores, podem esclarecer através dos fatos, fatores que devem ser levados em conta para prever adoções futuras.

3. Metodologia

Para melhor compreender o comportamento dos fenômenos envolvidos na adoção, alguns modelos matemáticos são extremamente eficazes para identificar padrões de crescimento ou retração, dependência de variáveis, similaridades de grupos, dentre outros. Dessa forma, com o objetivo de identificar variáveis que expliquem o perfil das mães adotivas da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS). Nesta perspectiva, métodos de análise estatística multivariada foram utilizados para o estudo de formação de conglomerados, bem como na compreensão da amostra como um todo.

A Análise de agrupamento, na descrição de Manly (2008), consiste na classificação de n objetos de acordo com as similaridades entre os valores das variáveis escolhidas. A principal restrição da análise solicita que todas as informações sejam dispostas numericamente, isto é, sua efetividade depende de dados quantitativos sobre os quais deve estar atrelado, esquematicamente, um conjunto de informações que possibilite a resposta a um problema pré-estabelecido.

Na análise os grupos e subgrupos formados são dispostos homogeneamente. Hair (2005) afirma que esse processo permite que as principais aglomerações, julgadas de acordo com o objetivo da análise, sejam evidenciadas, dado que cada uma delas será mutuamente exclusiva. Em síntese, de acordo com Mingoti (2005), os elementos de um mesmo grupo são homogêneos entre si e heterogêneos entre os grupos. A hierarquia se estabelece com o conhecimento das proximidades envolvidas e da medida de similaridade entre os indivíduos

Para Mingoti (2005), é indispensável decidir à priori, a medida de similaridade que será utilizada para se proceder ao agrupamento de elementos. Para isto, existem medidas apropriadas para análise de variáveis qualitativas e quantitativas. As medidas apropriadas para variáveis quantitativas também são ditas "de dissimilaridade". Neste caso, quanto menores os seus valores, mais similares serão os elementos que estão sendo comparados. Para o presente estudo, a Distância Euclidiana foi a medida de similaridade adotada, em conjunto com o método aglomerativo de Ward. A preferência pelo método se dá devido a sua variação interna ser pequena comparada a outros métodos.

A análise do bando de dados foi realizada com o auxílio do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences) uma eficiente (e de fácil utilização) ferramenta para análise de dados por meio de técnicas estatísticas básicas e avançadas.

Para evitar erros de viés devido à diferença de escala, as variáveis foram padronizadas (criação de variáveis Zscore) e como garantia de que os resultados da análise fossem comuns a todas as mulheres, foi utilizada uma variável aleatória de Bernoulli.

Um dos primeiros passos para a análise é averiguar se as variáveis escolhidas atendem a um nível adequado de significância para os testes, essa verificação é realizada pela Análise Univariada de Variância (ANOVA) que, de acordo com Hair(2005), avalia se há diferença significativa entre as médias das variáveis dependentes em uma população. É ideal para esse caso, que a significância (sig.) permaneça abaixo de 0,05, indicando que a amostra é representativa para qualquer nível de significância. Após a submissão da análise de hierárquica no SPSS, um teste

ANOVA apontou homocedasticidade, que ocorre quando as variâncias parecem constantes (médias estatisticamente iguais) por um domínio de variáveis preditoras (HAIR, 2015); para as variáveis escolhidas no banco de dados, ficou comprovado de que as variáveis foram representativas, ($\text{sig} < 0,05$), o que indica que nenhuma delas precisou ser rejeitada nos testes.

Em seguida, por meio de uma análise descritiva, as mulheres contidas na amostra foram analisadas levando em consideração algumas variáveis qualitativas consideradas relevantes para o estudo, seguindo o modelo de apresentação do referencial bibliográfico, tais como: *Religião; participação na renda familiar; estado civil e parceiro proveniente de primeira ou segunda união.*

Por fim, uma Análise Discriminante (AD), com o objetivo de discriminar os grupos de observação e, desse modo, elaborar um modelo de previsão a respeito de uma nova observação. De acordo com Cunha (2014), a AD é uma técnica utilizada na busca de fatores que expliquem o comportamento de uma função $f(x)$ dependente. Desse modo, é evidenciado qual das variáveis independentes escolhidas é mais eficaz para explicar a opção pela adoção. O método também disponibiliza a obtenção do ponto de corte $Z(x)$ onde, a partir do centróide disponibilizado pelo SPSS e do conjunto de observações contidas nos dois grupos escolhidos ("grupo 1: uma adoção" e "grupo 2: mais de uma adoção"), é possível comparar a função $f(x)$ com o resultado de $Z(x)$ e afirmar a qual dos grupos o indivíduo pertence. O cálculo de $Z(x)$, de acordo com Cunha (2004) pode ser realizado por:

$$Z_{12} = \frac{n_1 z_2 + n_2 z_1}{n_1 + n_2}$$

onde:

Z_{12} = escore crítico para n diferentes

n_1 = no. de observações do Grupo 1

n_2 = no. de observações do Grupo 2

Z_1 = centróide do Grupo 1

Z_2 = centróide do Grupo 2

4. Análise do banco de dados da PNDS

4.1. Análise descritiva do grupo de adotantes

Na amostra de mulheres retirada do banco de dados da PNDS todas as entrevistadas têm, obrigatoriamente, pelo menos uma adoção efetivada, e um conjunto

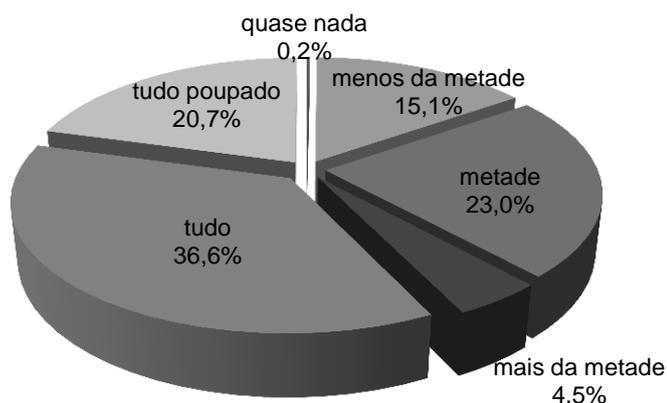
distinto de características, que podem ter sido, ou não, preponderantes na decisão por adotar. Um ponto relevante diz respeito às mães adotivas que por algum motivo fizeram esterilização, impossibilitando-as de gestar outros filhos, há entre elas uma parcela pequena, correspondente a 6,8% do total, que se mostrou arrependida da intervenção, ou porque mudou de parceiro, ingressando em uma nova relação, ou porque sentiram a necessidade de ampliar a família, aumentando o número de filhos.

Pouco mais da metade das arrependidas pela prática, perfazendo um total de 52% entraram em, pelo menos, uma segunda união, um dos motivos para a escolha da adoção pode estar relacionado com o desejo de dar um filho ao novo parceiro e constituir uma reconfiguração familiar, alimentando o instinto protetor presente nos laços afetivos, e afirmando a identidade cultural da família, que defende a presença de filhos. As demais, ainda na primeira união, alertam com adoção o desejo em ter mais filhos, mesmo após a esterilização, apontando ou premeditação em relação à quantidade de filhos que desejaria ter na vida, ou que a adoção já fazia parte dos planos feitos pelo casal.

Quase metade, 43%, desse grupo de mulheres em mais de uma união, estavam atualmente em uma relação com um parceiro mais novo ou com uma diferença de até 1 anos de idade, enquanto apenas 17% em primeira união eram mais velhas que seus parceiros.

O número de mulheres que no momento da pesquisa não estavam em união com nenhum parceiro foi bastante expressivo, chegando a 20,4% dos casos, constituindo o modelo de família monoparental. Entretanto, tal opção de constituição familiar não configura todas essas mulheres como responsáveis pelos custos financeiros do lar, responsabilidade geralmente dirigida ao chefe da família. O que indica que, mesmo na ausência de um parceiro, há no domicílio algum outro responsável pelas despesas da mulher e de seu(s) filho(s) sem que necessariamente assumam o papel de pai da criança.

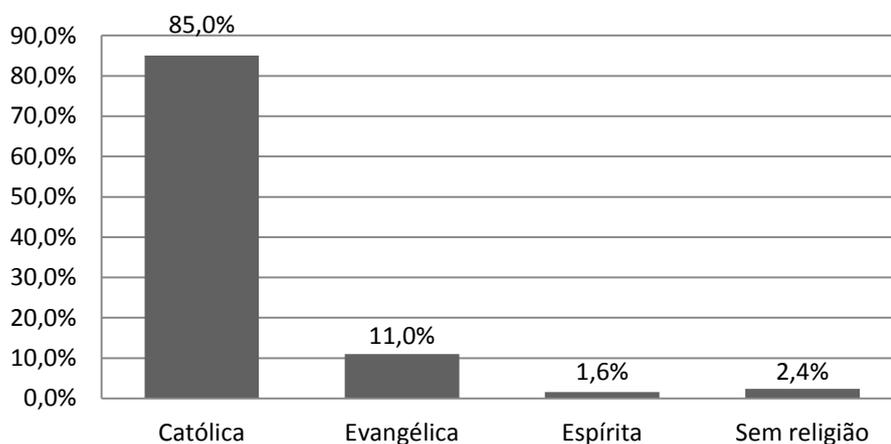
Gráfico 1 - Contribuição financeira domiciliar das mulheres que não estão em união



Fonte: PNDS, 2006.

No que diz respeito a aspectos culturais, há uma discrepância considerável no quantitativo de adotantes de acordo com suas religiões. A pesquisa indica que de toda a amostra de mulheres que tem filhos adotivos 85% delas são católicas, contra aproximados 11% distribuídos entre evangélicas tradicional e pentecostal; 1,6% espírita e 2,4% que não apresenta vínculo religioso com nenhuma instituição.

Gráfico 2 - Religião das mulheres que adotaram



Fonte: PNDS, 2006.

Este resultado corrobora com os dados da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003) que relaciona os abrigos no Brasil, mostrando que em todas as regiões o número de abrigos com vinculação religiosa é superior àqueles governamentais sem vinculação, na maioria dos casos maior que 68%. Fato este, ligado à relatos históricos sobre acolhimento do menor abandonado no país, que,

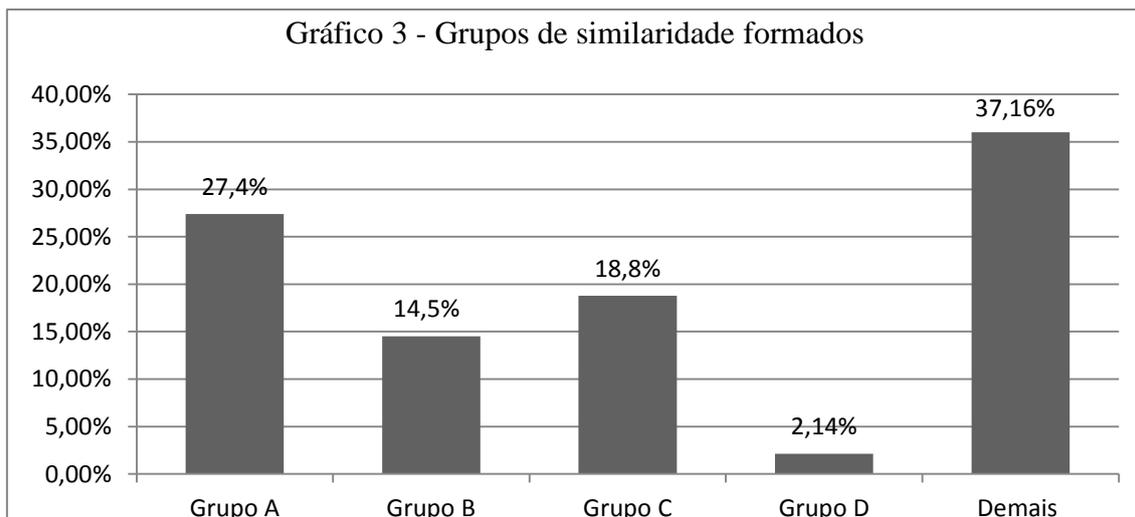
segundo Pereira (2012) era inicialmente preocupação das Santas Casas de Misericórdia no século XIX, passando a ser discutido por entidades governamentais já no século XX.

De acordo com o IPEA, dentre os abrigos geridos por entidades religiosas, 62% são católicos, 22,5% evangélicos e 12,6% espíritas, o que não indica impedimento em caso de interesse de adoção, já que as convicções religiosas não restringem a adoção de uma criança abrigada em uma entidade de vínculo distinto. O que pode justificar a semelhança dos percentuais tanto da religião dos adotantes quanto à religião que gere o abrigo é a afinidade dos interessados com a instituição, se for considerado que é comum às manifestações religiosas a prática da filantropia em casas de apoio do seu grupo afim, aumentando assim o contato entre ambos. Além disso, também há um distanciamento do número total de católicos em comparação às demais religiões; segundo o censo do IBGE em 2010, a parcela da população brasileira que se diz católica é de 64,6%, um número bastante elevado já que os demais se distribuem em diversas outras religiões.

4.2. Análise de Conglomerado: Método de Ward

A análise de agrupamento utiliza como base o conjunto de informações dispostas no Formulário da Mulher, formulado e aplicado pelo grupo de pesquisa da PNDS. Dentre todas as variáveis envolvidas, as escolhidas para compor o grupo foram: *nº de filhos que deseja ter por toda a vida; nº de pessoas no domicílio; nº de filhos nascidos vivos; anos de estudo da mulher; total de filhos adotivos.*

Com a aplicação do método de Ward, que visa a formação de aglomerações hierárquicas, a amostra se dividiu em grupos afins, de acordo com as distâncias euclidianas entre os objetos. Os grupos escolhidos para a análise foram os dois maiores, dentro do menor corte estabelecido no dendograma, nomeados por grupo A e grupo B, e também os grupos C e D, que tiveram comportamentos peculiares, com pouca ou nenhuma proximidade dos principais. O maior deles (Grupo A), que representa 27,4% da amostra indica que as famílias mais numerosas, e com algum filho adotivo, são as das mulheres que mais estudaram. Em contraponto, no Grupo B (14,5%) as mulheres têm um menor grau de instrução, a quantidade de residentes no domicílio é menor, e há também algumas manifestações de interesse zero para a maternidade, essas mães afirmam que se pudessem voltar atrás, optariam por não ter filhos.



Um denominador comum a uma boa parte das mulheres dos grupos formados é a incoerência referente à taxa de fecundidade desejada e a efetiva. O valor zero atribuído à pergunta 420, “*de acordo com a quantidade de filhos que tem hoje, se pudesse voltar atrás, quantos filhos desejaria ter?*”, é comum entre as mulheres com até 4 anos de estudo. Fora desse grupo, há o desejo declarado pela maternidade, mas também em quantitativos que discordam com a sua realidade; mesmo que em todos os casos da amostra tenha ocorrido pelo menos uma adoção, que é um método amplamente opcional para se ter um filho, são maioria as mulheres que escolheriam ter um número menor filhos.

As conclusões retiradas desse fato refutam a importância da segurança na decisão pela adoção. Schettini (2006) destaca que o desejo pela maternidade quando sobrepõe a reflexão sobre as responsabilidades provindas da guarda de um menor, pode, em casos isolados, provocar experiências traumáticas à criança. Todavia, cabe ressaltar que a insegurança na maternidade/paternidade é comum inclusive nos casos mais tradicionais, e o convívio é determinante para a formação de laços afetivos em um núcleo familiar, não significando, portanto, que há rejeição por parte dos pais, e sim incertezas.

É correto, para esse grupo de estudo, afirmar que o grau de instrução e o tamanho da família são grandezas inversamente proporcionais. Em uma análise mais ampla, a opção pela adoção deve fazer parte de um planejamento prévio, principalmente porque a adoção tende a preencher alguma lacuna afetiva da criança e da família, e não deve ser uma decisão negligenciada, devido à sua complexidade emocional, e elevada responsabilidade sobre a vida de um indivíduo em situação de risco social.

O Grupo C (18,8%) se encontra no limite do corte, com uma maior distância se comparada aos anteriores, e pode ser classificado como um grupo intermediário,

reunindo similaridades com A e B, mas sem nenhuma característica que o torne peculiar, porém tem um tamanho bastante significativo. As observações desse grupo indicam que o desejo por filhos é bem próximo em todos os casos, independente do grau de instrução.

O Grupo D é o mais distante dos agrupamentos e apresenta baixa homogeneidade em relação aos demais grupos, nele não há manifestação pela quantidade de filhos que a mulher deseja ter, embora já tenha adotado, para essa pergunta todas responderam que não sabiam a resposta.

Outras configurações de agrupamentos pelo mesmo método, atribuindo mais uma variável, que quantifica o total geral de filhos, foram aferidas ao estudo na tentativa de conhecer os casos em que a adoção foi efetuada independente da elevada taxa de fecundidade da família.

4.3. Análise discriminante

Atendidos os pressupostos da Análise Discriminante que, de acordo com Mário (2009), são: normalidade das variáveis, linearidade, ausência de *outliers*, ausência de multicolinearidade e homogeneidade das matrizes de variância e covariância; foi realizado o teste com auxílio do SPSS. Segundo o autor, a análise é eficaz na identificação das variáveis que diferenciam os grupos, e qual a influência dos seus pesos no resultado final, a função $f(x)$.

Para tal, foi fixada a variável dependente “*número total de filhos(as) adotivos(as)*”, e as variáveis independentes¹ $x_1 \dots x_n$ relacionadas a ela. Uma variável aleatória “aleat” foi criada como elemento de seleção, pela distribuição de Bernoulli (0,1), onde os elementos sorteados receberam o valor zero, compondo a nova amostra.

Uma das primeiras análises do relatório é o teste de igualdade de médias dos grupos identificados pelo método discriminativo. Embora pelo método de Ward a formação de grupos tenha sido de quatro grupos com tamanhos expressivos, a análise discriminante indicou que desse total há apenas dois modelos distintos de perfil das

¹ x_1 = Anos de estudo;
 x_2 = Total de pessoas no domicílio;
 x_3 = N° de filhos para ter por toda a vida;
 x_4 = N° de perdas (abortos provocados);
 x_5 = N° de filhos(as) nascidos(as) vivos(as);
 x_6 = Idade da mulher.

mulheres; na medida em que a cada variável é atribuído um novo valor, inúmeros indivíduos poder ser definidos de acordo com suas características, gerando, assim, subgrupos. De forma didática, a variável “idade da mulher” por exemplo, é relevante em ambos os modelos discriminativos, entretanto o pesquisador pode utilizar o método de Ward para distribuir os dois modelos em quantos intervalos de idade achar pertinente.

O método discriminativo, busca identificar quais as variáveis são as melhores discriminadoras para o grupo de estudo. Foi identificado que as variáveis “nº de filhos que deseja ter por toda a vida (x3)” e “idade da mulher(x6)” mostraram ser as variáveis com melhor poder de discriminação entre os grupos.

Foram geradas duas funções principais, essas funções descrevem o “modelo 1” e o “modelo 2” de mulheres, sendo que para ambos, o resultado da função descreve se a mulher realizou apenas uma, ou mais de uma adoção, dessa forma, é possível afirmar para cada um dos dois perfis, em que ponto, de acordo com o comportamento das variáveis, há a pré-disposição para adotar.

Os modelos têm seu poder explicativo dado pelo quadrado da correlação canônica apontada nos testes. Para o “modelo 1” a correlação canônica foi de 0,560 e para o “modelo 2”, 0,739. Portanto, o primeiro modelo de função explica 31,36% de sua classificação, e o segundo, 54,61%. Assim como as variáveis, as duas funções geradas pela análise discriminante foram consideradas com alta capacidade de discriminação dos elementos entre os grupos, isto é, pelas funções geradas, é possível medir a frequência de adoções. A representação numérica de cada variável em seus respectivos modelos estão descritos, com os pesos, nas seguintes equações:

- i. $f(x)_1 = -3,980 + 0,057(x1) + 0,09(x2) + 0,490(x3) - 0,002(x4) - 0,028(x5) + 0,14(x6)$
- ii. $f(x)_2 = 3,787 + 0,063(x1) - 0,143(x2) + 0,246(x3) - 0,005(x4) + 0,633(x5) - 0,093(x6)$

Analisando as influências de cada uma das variáveis em $f(x)_1$, fica evidente que o grau de instrução, o total de pessoas no domicílio, o número de filhos que desejaria ter por toda a vida bem como a idade da mulher, são positivas e diretamente proporcionais à função, indicando que quanto maior cada uma das variáveis, maior também serão as chances de ocorrência de uma adoção na família. Em contraponto à quantidade de abortos provocados (x4) e o número de filhos nascidos vivos exercem função inversa. A variável x4 foi incluída na análise apenas para fins comparativos, e em ambos os casos, a

sua presença vai contra a decisão pela adoção, já que pode ser motivado pelo desejo de não ter filhos.

A hipótese levantada para o confronto entre x_2 e x_5 , que representam o tamanho da família e a quantidade de filhos, respectivamente, é de que, embora mais extensa, não necessariamente uma família grande seja composta por pais e muitos filhos, há também em sua composição membros da família extensa, tais como irmãos, parentes próximos, sobrinhos e etc, mostrando que embora numeroso, o núcleo familiar para essa mulher não a impede de despertar o desejo pela adoção. A essa função, podem estar atreladas mulheres fora do período de fertilidade que convivem com parentes; mulheres que não puderam ter filhos por algum motivo, seja por dar preferência a formação profissional ou por ausência de parceiro, dentre outras suposições, compondo assim o "modelo 1".

Em $f(x)_2$, mais uma vez, "*anos de estudo*" e a "*quantidade de filhos que desejam ter por toda a vida*" reforçam a força dessas variáveis na caracterização do perfil de mulheres adotantes, retomando a discussão sobre o planejamento familiar levantado na análise de agrupamento, pelo método de Ward. O que diferencia o grupo $f(x)_2$ de $f(x)_1$ é a idade da mulher; quanto menor o valor dessa variável no "modelo 2", maiores as possibilidades de adoção mesmo que a quantidade de filhos nascidos vivos seja positiva. Esse fato leva à hipótese de que a adoção já fazia parte dos planos da mulher, como um desejo alimentado por algum fator de motivação, seja esse a vontade de acolher uma criança vítima de abandono, responsabilidade social ou qualquer outro que a literatura reforce.

Para ambos os modelos, existe um intervalo de aceitação para que a mulher pertença ao grupo que realizou apenas uma adoção, ou ao grupo que realizou mais de uma adoção. A esse intervalo é dado o nome de ponto de corte $Z(x)$. Se $f(x) < Z(x)$ há pré-disposição para a mulher realizar uma adoção e se $f(x) > Z(x)$, mais de uma adoção. Os respectivos valores do ponto de corte para cada um dos modelos foram:

i. Ponto de corte $Z(x)_1 = -0,93014$

ii. Ponto de corte $Z(x)_2 = 0,4217$

5. Considerações finais

A análise de agrupamento, com utilização do método de Ward, aplicada ao banco de dados da PNDS, mostra ser uma ferramenta capaz de identificar similaridades

nos grupos de mulheres que adotaram crianças, tendo em vista a grande quantidade de entrevistadas dentro do mesmo grupo de afinidades.

De acordo com as aglomerações formadas a partir das variáveis escolhidas, as mulheres que mais estudaram compõem o maior grupo de adotantes, bem como demonstram maior preocupação com o planejamento familiar, dado a similaridade da quantidade de filhos com o número de filhos que deseja ter por toda a vida. O Grupo C, embora grande, não apresentou nenhum tipo de padrão, porém reúne características dos grupos com resultados mais conclusivos. Houve presença de um *outlier* (grupo com baixa homogeneidade entre os objetos), que se torna aparente com o uso do método de Ward, revelando qual dos grupos tem características inconclusivas para o estudo.

A análise discriminante destacou a influência numérica de cada uma das variáveis que compõem o grupo de adotantes. Por meio do método, além de compreender a força das variáveis, foi possível reafirmar o grau de instrução como influente no grupo de mães adotivas da PNDS. Foram identificados dois modelos de função discriminante que são responsáveis pela derivação de grupos. Um dos modelos (modelo 1) destaca a opção tardia da mulher pela adoção; a esse grupo, a quantidade de filhos nascidos vivos tem comportamento negativo, o que indica que há poucos ou nenhum, seja por problemas relacionados à fertilidade, ausência de parceiro(a) para auxiliar nos cuidados ou outros motivos levantados pela literatura que justifiquem esse comportamento.

O outro modelo (modelo 2) é composto por mulheres que optaram mais cedo pela adoção, com quantidade de filhos nascidos vivos positiva. A opção pode ter sido motivada pela necessidade de ter mais um filho sem ter que passar pelo processo de gestação, por esterilização feita em algum momento da vida, a impossibilitando de gestar novamente, ou simplesmente pelo desejo de oferecer um lar a um menor destituído do seu ambiente familiar, que vive sua realidade nos abrigos do país.

Em todos os casos, a atenção, proteção e cuidado sugeridos são imprescindíveis na adoção, e contribuem com a inclusão da criança no convívio social, onde possa desenvolver sua identidade, seus laços e sua perspectiva de futuro. Desse modo, quantificar e conhecer modelos descritivos que auxiliem na compreensão desse fenômeno ainda repleto de limitações, são essenciais para o avanço nas políticas públicas voltadas para o incentivo à constituição de mais laços de amor firmados pela adoção.

6. Referências

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e Proteção Social**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, p.109-122, 2003.

CUNHA, Franciely Farias da,. *Análise Discriminate*. Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FERREIRA, Marcela Casacio; AIELLO-VAISBERG, Tania M. J. "Investigando a criança adotiva: um encontro com a fisionomia coletiva de psicólogos". In: Encontro dos Estados Gerais da Psicanálise, 4., 2008.

FONSECA, Claudia. Concepções de famílias e práticas de intervenções: uma contribuição antropológica. *Revista Saúde e Sociedade*, Rio Grande do Sul, v.14, n., p.50-59, 2005.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

GOLDANI, ANA MARIA. Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la realidad brasileña y la utopía. CEPAL, 2005

HAIR, J. F. Jr., et al. *Análise Multivariada de Dados*. Ed Bookman, Porto Alegre, 2005, p. 401.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra por áreas de ponderação. <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados> Pesquisado em 23 de Março de 2015.

IPEA. Levantamento Nacional De Abrigos Para Crianças E Adolescentes Da Rede Sac. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/IPEA_Levantamento_Nacional_de_abrigos_para_Criancas_e_Adolescentes_da_Rede_SAC.pdf>Acesso em: 23 de Março de 2015

MANLY, F. J. B. *Métodos Estatísticos Multivariados: uma introdução*; tradução Sara Ianda Carmona, - 3.ed - Porto Alegre: Bookman , 2008.

MARIO, Poueri do Carmo. *Análise Multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. Editora Atlas S.A., São Paulo, 2009.

MINGOTI, S. A.; *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*, Editora UFMG, 2005.

PEREIRA, Paulo José. **Adoção: realidade e desafios para um Brasil do século XXI**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas - SP, 2012.

SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas social. *Revista: Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.10, p.243-253, 2005.

SERRA, Márcia Milena Pivatto. **O Brasil das muitas mães: Aspectos demográficos da circulação de crianças.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas - SP, 2003.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida e DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Famílias Adotivas: Identidade e Diferença.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, p. 285-293, mai./ago. 2006

WEBER, L.N.D. **Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: Problemas e soluções.** *O Social em Questão*, 14, 53-70, 2005.